

**DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:
PERSPECTIVA LUSO-ESPANHOLA**

**DESCENTRALIZACIÓN ADMINISTRATIVA:
PERSPECTIVA HISPANO-LUSA**



**I
•
J**

COORDENADORA
SUZANA TAVARES DA SILVA

ALEJANDRO ROMÁN MÁRQUEZ	JOÃO CARLOS LOUREIRO
ANTONIO JIMÉNEZ BLANCO	JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE
ANTONIO SÁNCHEZ SÁEZ	JOSÉ EDUARDO FIGUEIREDO DIAS
EDUARDO GAMERO CASADO	LICÍNIO LOPES MARTINS
ENCARNACIÓN MONTOYA MARTÍN	PEDRO COSTA GONÇALVES
FEDERICO CASTILLO-BLANCO	ROBERTO GALÁN VIOQUE
FERNANDA PAULA OLIVEIRA	SUZANA TAVARES DA SILVA

COMUNICAÇÕES LIVRES
M.^a Ángeles Fernández Scagliusi • Marta Costa Santos
Mariana Geraldo • Joana Catarina Neto dos Anjos
Paulo Linhares Dias • Isa António • Patrícia Pinto

O presente trabalho foi realizado no âmbito das actividades do Grupo de Investigação “Crise, Sustentabilidade e Cidadanias” do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, integradas no Projecto “Desafios Sociais, Incerteza e Direito” (UID/DIR/04643/2013).

EDIÇÃO
Instituto Jurídico
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Instituto Jurídico
Faculdade de Direito
Universidade de Coimbra

CONTACTOS
institutojuridico@fd.uc.pt
www.fd.uc.pt/ij
Pátio da Universidade | 3004-528 Coimbra

ISBN
978-989-8891-32-7

DEPÓSITO LEGAL
450537/18

EDIÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Tipografia Damasceno, Lda

© DEZEMBRO 2018
INSTITUTO JURÍDICO | FACULDADE DE DIREITO | UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AUTORES DOS ARTIGOS DE DOCTRINA

Alejandro Román Márquez

Profesor doctor del Departamento de Derecho Administrativo. Universidad de Sevilla
Instituto Universitario de Investigación García Oviedo

Antonio Jiménez-Blanco

Catedrático de Derecho Administrativo. Universidad Politécnica de Madrid
Instituto Universitario de Investigación García Oviedo

Antonio José Sánchez Sáez

Profesor Titular de Derecho Administrativo. Universidad de Sevilla
Instituto Universitario de Investigación García Oviedo

Eduardo Gamero Casado

Catedrático de Derecho Administrativo. Universidad Pablo de Olavide
Instituto Universitario de Investigación García Oviedo

Encarnación Montoya Martín

Catedrática de Derecho Administrativo. Universidad de Sevilla
Instituto Universitario de Investigación García Oviedo

Federico A. Castillo Blanco

Catedrático de Derecho Administrativo, Universidad de Granada
Instituto Universitario de Investigación García Oviedo

Fernanda Paula Oliveira

Professora Auxiliar de Direito Público da Faculdade de Direito
Universidade de Coimbra. Instituto Jurídico

João Carlos Loureiro

Professor Associado de Direito Público da Faculdade de Direito
Universidade de Coimbra. Instituto Jurídico

José Carlos Vieira de Andrade

Professor Catedrático de Direito Público da Faculdade de Direito
Universidade de Coimbra. Instituto Jurídico

José Eduardo Figueiredo Dias

Professor Auxiliar de Direito Público da Faculdade de Direito
Universidade de Coimbra. Instituto Jurídico

Licínio Lopes Martins

Professor Auxiliar de Direito Público da Faculdade de Direito
Universidade de Coimbra. Instituto Jurídico

Pedro Costa Gonçalves

Professor Associado de Direito Público da Faculdade de Direito
Universidade de Coimbra. Instituto Jurídico

Roberto Galán Vioque

Profesor Titular de Derecho Administrativo, Universidad de Sevilla
Instituto Universitario de Investigación García Oviedo

Suzana Tavares da Silva

Professora Auxiliar de Direito Público da Faculdade de Direito
Universidade de Coimbra. Instituto Jurídico

ÍNDICE

Nóta Prévía 9

I ARTIGOS DE DOCTRINA

1. LA GESTIÓN DE LOS SERVICIOS PÚBLICOS MUNICIPALES.
SITUACIÓN TRAS LA APROBACIÓN DE LA LEY 9/2017, DE
DE NOVIEMBRE, DE CONTRATOS DEL SECTOR PÚBLICO 11
Alejandro Román Márquez
2. SP Y SIEG: NOTAS SOBRE LA JURISPRUDENCIA EUROPEA RECIENTE..31
Antonio Jiménez-Blanco
3. REFLEXIONES SOBRE LA PLANTA LOCAL EN ESPAÑA 43
Antonio José Sánchez Sáez
4. LA REMUNICIPALIZACIÓN DE SERVICIOS:
CRITERIOS CONDICIONANTES DE LA FORMA DE
PRESTACIÓN DE LOS SERVICIOS LOCALES
DESDE EL PUNTO DE VISTA DE LA EFICIENCIA 87
Eduardo Gamero Casado
5. LAS COMPETENCIAS MUNICIPALES EN EL ORDENAMIENTO JURÍDICO
ESPAÑOL: EVOLUCIÓN Y JURISPRUDENCIA DEL TC. BALANCE DEL
GRADO DE SENSIBILIDAD DEL ESTADO Y DE LAS CCAA HACIA EL
GOBIERNO MUNICIPAL 111
Encarnación Montoya Martín
6. LAS COMPETENCIAS PROVINCIALES:
¿RESULTAN LA SOLUCIÓN ADECUADA A LOS PROBLEMAS
DE NUESTRA PLANTA LOCAL?..... 161
Federico A. Castillo Blanco
7. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS
NAS ÁREAS DA PROTEÇÃO CIVIL 205
Fernanda Paula Oliveira
8. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS
NAS ÁREAS DA SOCIALIDADE..... 227
João Carlos Loureiro
9. A NOVA LEI PORTUGUESA DA DESCENTRALIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA: APRECIÇÃO CRÍTICA 269
José Carlos Vieira de Andrade

10.	“A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS NA ÁREA DO AMBIENTE E ENERGIA”	279
	José Eduardo Figueiredo Dias	
11.	EMPRESAS PÚBLICAS LOCAIS E AUXÍLIOS DE ESTADO	293
	Licínio Lopes Martins	
12.	SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS E REGULAÇÃO ECONÓMICA.....	305
	Pedro Costa Gonçalves	
13.	SERVICIOS PÚBLICOS LOCALES Y EL DERECHO DE LA UNIÓN EUROPEA.....	329
	Roberto Galán Vioque	
14	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PODER LOCAL NO SÉCULO XXI E A SUA PROJEÇÃO NA DENOMINADA REFORMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM PORTUGAL.....	355
	Suzana Tavares Da Silva	

II COMUNICAÇÕES LIVRES

15	LA PRESTACIÓN CONJUNTA O COOPERATIVA DE SERVICIOS PÚBLICOS LOCALES EN ESPAÑA	377
	María de los Ángeles Fernández Scagliusi	
16	DESAFIOS AO FINANCIAMENTO DAS NOVAS COMPETÊNCIAS DAS AUTARQUIAS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS REVISTAS NA LEI N.º 50/2018 DE 16 DE AGOSTO.....	391
	Marta Costa Santos	
17	PRESTAÇÕES SOCIAIS, AUTARQUIAS LOCAIS E A INCOMPATIBILIDADE DO CRITÉRIO DE RESIDÊNCIA COM O DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA	411
	Mariana Geraldo	
18	SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS: O PROBLEMA DA UNIDADE OU DIVISIBILIDADE DAS TAXAS LOCAIS CORRESPONDENTES À CONTRAPARTIDA REMUNERATÓRIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	427
	Joana Catarina Neto dos Anjos	
19	AS DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS NO CONTEXTO DAS REGIÕES IBÉRICAS. A DESCENTRALIZAÇÃO AO NÍVEL DE ILHA	449
	Paulo Linhares Dias	
20	A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E O SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE.....	473
	Isa António	
21	OS SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS E A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM PORTUGAL: QUE MEDIDAS A SEGUIR?.....	495
	Patrícia Pinto	

NOTA PRÉVIA

Os estudos *Descentralização Administrativa: perspectiva Luso-Espanhola* são já o terceiro resultado editorial da colaboração institucional entre o Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e o Instituto Universitário Garcia Oviedo — o primeiro teve como título *Desafios Actuais em Matéria de Sustentabilidade Ambiental e Energética* e o segundo *Las Cláusulas Ambientales en la Contratación Pública*.

Na verdade, nenhuma destas iniciativas teria sido possível sem o empenho pessoal e a coordenação científica das equipas por parte da Direcção do Instituto Garcia Oviedo — nas pessoas da sua Directora, Professora Concepción Barrero, e dos dois secretários, Professores Roberto Galán Vioque e Antonio Alfonso Pérez Andrés —, assim como do Coordenador do Grupo 6 do Instituto Jurídico — Professor Doutor Vieira de Andrade: a todos um reconhecido agradecimento por acarinharem e dinamizarem este projecto. À semelhança das edições anteriores, este volume recolhe os trabalhos científicos que os investigadores das duas instituições prepararam, no âmbito do tema escolhido, para as jornadas conjuntas, que se realizaram em Coimbra, nos dias 21 e 22 de Setembro de 2018. Nesta terceira edição dos trabalhos, os coordenadores das Jornadas decidiram abrir a reflexão a outros Colegas e, por isso, aos textos de doutrina soma-se uma segunda parte, com comunicações livres, apresentadas, quer por jovens investigadores das duas instituições, quer por investigadores de outras instituições que, simpaticamente, se quiseram somar a esta reflexão global sobre o poder local em Portugal e Espanha.

A publicação não poderia ser mais oportuna entre nós. Com a entrada em vigor do pacote legislativo da descentralização administrativa, iniciado com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, as dificuldades que se avizinham são enormes, sobretudo quando estiverem já em vigor os anunciados 23 diplomas legais

sectoriais, abrangendo domínios como saúde, educação, cultura, acção social, habitação, património, infra-estruturas viárias, estacionamento público, transporte de passageiros em vias navegáveis interiores, áreas marítimo-portuárias e áreas urbanas, gestão das áreas protegidas, gestão de praias, gestão florestal, protecção civil, bombeiros, protecção contra incêndios, justiça, policiamento de proximidade, jogos de fortuna e de azar, protecção e saúde animal, segurança dos alimentos e estruturas de atendimento ao cidadão.

Neste volume, o leitor pode encontrar informações e reflexões importantes — advindas de administrativistas de dois modelos de organização territorial muito distintos, como são o português e o espanhol — sobre temas como o actual enquadramento jurídico nacional e europeu da prestação dos serviços públicos locais, sobre a organização administrativa autárquica nos dois países e, claro, sobre alguns dos tópicos sectoriais ligados à transferência de competências para as autarquias locais no âmbito do novo pacote legislativo da descentralização administrativa. O resultado final é mais um contributo relevante para o estudo comparado dos temas do direito administrativo — hoje uma ferramenta indispensável no contexto da *europaização* e da *globalização* das políticas públicas.

Apresentado, em linhas gerais, o conteúdo e contexto da obra, não posso deixar de reservar umas linhas finais para, de modo cúmplice, partilhar com o leitor um pouco dos seus “bastidores”, a alegria que perpassa a reunião periódica destes dois grupos de académicos, o interesse com que nos ouvimos reciprocamente, partilhamos leituras, conhecimentos, reflexões e discutimos pontos de vistas (tantas vezes divergentes!), reconhecendo, no fim, o enriquecimento proporcionado pela experiência, académica e humana, que está associada a este projecto, sentindo que isto é, e que assim se faz, Universidade.

Coimbra, Dezembro de 2018

Suzana Tavares da Silva